

Rio de Janeiro, 19 de maio de 2020.

Excelentíssima Senhora Relatora Ministra Laurita Vaz

Excelentíssimo Senhor Presidente da Terceira Seção Ministro Nefi Cordeiro

Excelentíssimo Senhor Ministro Felix Fischer

Excelentíssimo Senhor Ministro Jorge Mussi

Excelentíssimo Senhor Ministro Sebastião Reis Júnior

Excelentíssimo Senhor Ministro Rogerio Schietti Cruz

Excelentíssimo Senhor Ministro Reynaldo Soares da Fonseca

Excelentíssimo Senhor Ministro Ribeiro Dantas

Excelentíssimo Senhor Ministro Antonio Saldanha Palheiro

Excelentíssimo Senhor Ministro Joel Ilan Paciornik

As famílias de Marielle Franco e Anderson Gomes, apoiadas pelas organizações de direitos humanos, movimentos sociais e pessoas abaixo assinadas, dirigem-se a Vossas Excelências para pedir que o Incidente de Deslocamento de Competência nº 24, cuja sessão de julgamento está agendada para o próximo dia 27 de maio, seja julgado improcedente e, conseqüentemente, não sejam federalizados o processo ou inquéritos que investigam referidos assassinatos.

Temos dedicado nossas vidas a acompanhar o processo e as investigações de perto, o que nos causa um profundo desgaste emocional e ainda mais dor. Contudo, por amor e respeito a memória de Marielle e Anderson, tornou-se prioridade em nossas vidas cobrar justiça para ambos. O mundo, chocado com tamanha brutalidade e entendendo a dimensão política e social presente na articulação deste crime, veio, ao longo destes dois anos, manifestando apoio não só a familiares, mas a todos os brasileiros. Este apoio nos tem servido também como alicerce para seguirmos a jornada junto ao Poder Judiciário em busca da elucidação do caso. Nesse sentido, atuamos como assistentes de acusação no processo que apura a responsabilidade dos autores diretos do crime, Ronnie Lessa e Elcio Queiroz, em tramitação na Justiça do Rio de Janeiro, no qual já consta decisão determinando o julgamento dos acusados pelo Tribunal do Júri. Consideramos que este é mais um motivo para que o caso permaneça sob a responsabilidade das instituições de Justiça estaduais.

Desde que soubemos do pedido apresentado pela Procuradoria Geral da República, temos expressado nosso posicionamento contrário e nossa elevada preocupação com a possibilidade de federalização do caso.

Muitas são as razões fáticas e jurídicas que nos levam a acreditar que a federalização do caso não é o caminho que as instituições de Justiça devam seguir para garantir a responsabilização de todos os envolvidos no bárbaro crime que tirou a vida de nossos familiares.

Em que pese estar evidenciado que os crimes praticados configuram grave violação de direitos humanos, que impõe ao Estado brasileiro compromissos decorrentes de tratados internacionais, não ficaram demonstradas pela PGR falhas nas investigações capazes de configurar a incapacidade das autoridades estaduais.

Ao contrário do alegado pela PGR, a federalização do caso revela-se justamente como a abertura do caminho para a impunidade dos responsáveis pela prática dos crimes.

Defendemos que o processo e as investigações tramitem de maneira segura, comprometidos com a verdade dos fatos, que sejam transparentes e respeitem o direito efetivo de participação de nossas famílias, cujo sofrimento é ainda agravado pela contradição entre o sigilo e os incontáveis vazamentos de conteúdos das investigações e especulações que só tumultuam a já difícil e complexa investigação do caso.

Consideramos, Senhoras e Senhores Ministros, que todas as instituições de Justiça devam colaborar para a solução exemplar deste caso, que a Polícia Federal pode e deve contribuir para a responsabilização de todos os envolvidos, independentemente de quem sejam ou de que cargos ocupem, mas reivindicamos que o caso seja mantido sob a responsabilidade das instituições estaduais e não seja federalizado.

Não podemos deixar de manifestar que o atual contexto político do país ampliou nossas preocupações. Ficamos estarecidos/as com o pronunciamento e as notícias que mostram que as interferências antirrepublicanas do sr. Presidente da República nos cargos de chefia da Polícia Federal, denunciadas pelo então Ministro da Justiça Sergio Moro, foram também motivadas pelo interesse da Presidência no caso Marielle e Anderson. O próprio Presidente admitiu ter solicitado informações sobre o episódio do “porteiro”:

“não são verdadeiras as informações que eu desejava saber sobre investigações em andamento. Jamais lhe procurei para saber de investigações já realizadas, a não ser aquelas sobre o porteiro, o Adélio e meu filho zero quatro”¹

“Bolsonaro admitiu que recorreu à PF em pelo menos três oportunidades, uma delas para provar que não havia nenhum vínculo entre a família dele e a do ex-policial militar Ronnie Lessa, suspeito de ter feito os disparos que mataram a vereadora Marielle Franco, em março de

¹ <https://www.agazeta.com.br/es/politica/bolsonaro-admite-que-pediu-troca-da-pf-no-rio-por-caso-marielle-0420>

2018”. “Sugeri a troca de dois superintendentes, entre 27. O do Rio, a questão do porteiro. A questão do meu filho, 04, o Renan, que agora tem 20, 21 anos de idade. Quando, no clamor da questão do porteiro, do caso Adélio, que os dois ex-policiais teriam ido falar comigo, também apareceu que o meu filho 04 teria namorado a filha desse ex-sargento.”²

Senhoras e Senhores Ministros, nesse cenário de incertezas e denúncias graves de interferência na Polícia Federal, nossas famílias não podem aceitar que as investigações dos assassinatos de Marielle e Anderson sejam federalizadas. Entendemos que a federalização, neste momento, é um caminho muito mais próximo da impunidade que da conclusão isenta das investigações.

Esperamos que todas as instituições brasileiras responsáveis pela realização da justiça atuem com o compromisso de, com profundidade e isenção, elucidar o envolvimento de toda e qualquer pessoa que possa ter algum tipo de relação com as mortes de Marielle Franco e Anderson Gomes.

Agatha Reis

Alessandra Matias Rodrigues Gomes

Anielle Franco

Antonio Francisco da Silva Neto

Arthur Arnaus Reis Matias - representado por Agatha Reis

Luyara Franco

Marinete da Silva

Monica Benicio

Assine em apoio a esta carta: federalizacaonao.org

² https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/24/interna_politica,848096/bolsonaro-admite-que-pediu-investigacoes-a-pf-no-caso-marielle.shtml